

CURRÍCULO E RESISTÊNCIA: REFLEXÕES SOBRE A PRÁTICA CURRICULAR EM UMA ESCOLA DO QUILOMBO NA COMUNIDADE NOSSA SENHORA DO LIVRAMENTO EM IGARAPÉ- AÇU (PA)

Julianne Araujo de Melo ¹

Luan Neves da Silva ²

Sara Manoela de Souza Silva ³

Almir de Sena Trindade ⁴

Alcione Santos de Souza ⁵

RESUMO

Este trabalho é resultado das atividades desenvolvidas no âmbito do Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência da UEPA, vinculado ao eixo Educação Quilombola nas Escolas: Diversidade e Interdisciplinaridade na Amazônia. O estudo dá relevância à análise da prática curricular na Comunidade Nossa Senhora do Livramento, localizada no município de Igarapé-Açu (PA), com o objetivo de refletir sobre o currículo educacional na região, que registra marcantes traços culturais afro-brasileiros. A investigação analisa a prática curricular sob uma ótica crítica, considerando que, ao longo da história, os quilombos foram marcados pela marginalização e pela repressão. Entretanto, em seus trajetos, evidencia-se uma linha contínua de resistência e luta pela equidade, que permanece como referência na construção de uma educação comprometida com a justiça social e o reconhecimento das identidades quilombolas. Observa-se o desenvolvimento da estrutura curricular de como ela é (ou não) integrada à interculturalidade. A metodologia fundamentou-se em coletas de dados primários e secundários. Foi realizada entrevista semiestruturada com a professora da escola multisseriada, aplicada de forma exploratória, com complementos em análise documental e revisão bibliográfica com base em autores que abordam o tema. O estudo também se apoia em documentos oficiais, como a Lei nº 10.639/2003 (alteração da LDB), a BNCC e as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola. Os resultados reforçam a realidade da estrutura curricular observada, evidenciando as lacunas existentes. O presente trabalho centra-se no propósito de mostrar a margem inferior que não é pautada constantemente, defendendo que toda resistência precisa ser escutada e incluída para que princípios de interdisciplinaridade e transdisciplinaridade se concretizem no espaço escolar. Assim, demonstra-se ser preciso tornar o currículo acessível, pertinente e significativo, capaz de valorizar os saberes locais, tonificando uma educação justa, plural e empenhada com a diversidade.

¹ Graduando do Curso de Pedagogia da Universidade do Estado do Pará - PA, julianemelo62@gmail.com;

² Graduado pelo Curso de Pedagogia da Universidade do Estado do Pará - PA, luanpedagogia22@gmail.com;

³ Graduado do Curso de Pedagogia da Universidade do Estado do Pará - PA, manuelasouza1225@gmail.com;

⁴ Especialista em Psicopedagogia pelo ISEL - PA, almir-igc@hotmail.com;

⁵ Doutora pelo Curso de Geografia da Universidade Federal do Rio Grande do Norte - RN, alcione.souza@uepa.br.





Palavras-chave: Educação Quilombo, Currículo, Interculturalidade.

INTRODUÇÃO

O trabalho aborda o currículo institucional da EMEF Lauro Alves Ramos em Igarapé-Açu (PA) com a finalidade de destacar a educação com traços quilombolas, cujo objetivo é compreender como as práticas pedagógicas são reformuladas e aplicadas e observar se a interdisciplinaridade e a ministração dos componentes curriculares aplicados em sala de aula são contempladas pela interculturalidade do lugar. Cabe, ainda, mencionar que esta investigação contribui para compreender a dinâmica local e para fortalecer a literatura acadêmica sobre currículo e resistência em contextos quilombolas, oferecendo elementos comparativos a outras realidades educacionais do Brasil.

Nesse contexto, a resistência negra tem suas raízes marcada por lutas, incluindo cenário de violência física e verbal. Portanto, ignorar esse contexto histórico significa desconsiderar toda a persistência para conquistar espaços dignos e de respeito, reforçando o preconceito estrutural que se constituiu por atos produzidos pela oposição. O enfoque deste estudo é observar a relação entre currículo e a resistência quilombola, tendo em vista sua importância para entender como se desenvolve essa didática na formação da escola local.

A intenção do trabalho proposto é dar visibilidade à comunidade que prossegue silenciada e oferecer valores e posições na educação quilombola para que gerações presentes e futuras tenham melhores condições e mais multiplicidade em seu currículo educacional no campo da formação cidadã. Além disso, busca-se valorizar sua realidade de herança negra/africana para que sejam respeitadas.

Esta pesquisa parte do desejo de entender como a escola quilombola é imprescindível no papel da resistência intercultural e, além disso, como o currículo é utilizado na esfera escolar a seu favor, de maneira a proporcionar um espaço transformador e, portanto, diminuir as sequelas advindas do contexto escravista. A proposta de pesquisar o currículo em uma escola localizada na comunidade Nossa Senhora do Livramento, no município de Igarapé-Açu, surge pelo intuito de dar visibilidade ao processo de ensino-aprendizagem no reconhecimento da herança local e, necessariamente, examinar a articulação entre o currículo





escolar e a realidade presente. Adiante disso, é de suma importância destacar que o ensino tradicional ainda persiste e, em decorrência disso, perceber o predomínio do eurocentrismo.

O objetivo geral desta pesquisa visa demonstrar se o currículo é construído e aplicado de maneira adequada na escola local, valorizando traços culturais afro-brasileiros e de que modo ele favorece ou silencia os saberes e as identidades da comunidade. Quanto aos objetivos específicos, busca-se: observar o currículo construído na escola dos quilombos, comparando o currículo formal e o que é proposto na sala de aula; investigar de que modo os componentes curriculares contemplam os elementos culturais quilombola; e analisar a participação da comunidade local no desenvolvimento das práticas pedagógicas escolar.

Para a pesquisa, aplicou-se o método qualitativo e exploratório, com entrevista semiestruturada realizada com uma professora titular atuante na escola multisseriada objeto de pesquisa. A base teórica fundamenta-se em autores que sustentam, com produções de relevância, este estudo, como Freire (1967; 1974; 1996), Munanga (2005), Silva (2010), Arroyo (2012), Campos (2014), Rodrigues *et al.* (2023) e Soares *et al.* (2024). Além disso, foram considerados documentos oficiais, especificamente a Lei nº 10.639/2003 (alteração da LDB), a BNCC (Brasil, 2017) e as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola (Brasil, 2012).

Portanto, a pesquisa evidenciou que há carência de ferramentas educacionais que possibilitem um espaço digno para os estudantes e para as futuras gerações. Ademais, a visibilidade das comunidades quilombolas ainda é limitada, pois suas vozes raramente são ouvidas e respeitadas nos espaços institucionais. Na maioria das vezes, os investimentos destinados à educação quilombola não conseguem atingir plenamente as metas estabelecidas. Em vista disso, a pesquisa evidencia a necessidade de refletir os métodos pedagógicos que atribuem para superar as dificuldades levantadas, cujo resultado e discussão podem encaminhar novas ações docentes.

METODOLOGIA

A elaboração do presente trabalho adota uma abordagem exploratória, cuja finalidade é proporcionar uma maior aproximação com a temática do projeto e torná-la mais clara e compreensível ao longo do estudo (Gil *apud* Selltiz, 1946). A análise será desenvolvida a





partir da coleta de dados qualitativos, que, segundo Patton (1986), envolve “descrições detalhadas de situações, eventos, pessoas, interações e comportamentos observados; citações literais do que as pessoas falam sobre suas experiências, atitudes, crenças e pensamentos”. Dessa forma, considera-se que essa abordagem se mostra adequada à natureza do estudo proposto.

Ademais, o ambiente de coleta dos dados será mediado por uma pesquisa de campo, realizada sob a supervisão e a coordenação do subprojeto vinculado ao Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (PIBID), que servirá como referência metodológica e orientadora para as etapas de desenvolvimento da investigação.

Adota, ainda, como base a revisão bibliográfica, cujo foco é fornecer “fundamentação teórica ao trabalho, bem como a identificação do estágio atual do conhecimento referente ao tema” (Gil, 1946, p. 33). Entre os autores que fundamentam este estudo, destacam-se Freire (1967, 1974, 1996), Munanga (2005), Silva (2010), Arroyo (2012), Campos (2014), Rodrigues *et al.* (2023) e Soares *et al.* (2024). Além disso, foram relevantes documentos oficiais, especificamente a Lei nº 10.639/2003 (alteração da LDB), a BNCC (Brasil, 2017) e as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola (Brasil, 2012).

A pesquisa envolve participantes como a professora regente da escola multisseriada, responsável pelas turmas do 4º e 5º anos. O método da entrevista será semiestruturado e aplicado presencialmente, sendo aplicado para elaborar este estudo de modo a não perder nenhum detalhe. Entende-se que essa reformulação é indispensável para conhecer e tornar-se íntimo do próprio objeto de pesquisa, visando à apropriação com o próprio tema. De acordo com Ludke e André (1986, p. 35), “ao lado do respeito pela cultura e pelos valores do entrevistador, o entrevistador tem que desenvolver uma grande capacidade de ouvir atentamente e estimular o fluxo natural de informações por parte do entrevistado”.

Desse modo, faz-se necessária uma técnica e formalidade para não fugir do tema a ser exposto, analisando calmamente as informações e manuseando de forma adequada todas as ferramentas obtidas. Esse levantamento valoriza a presente pesquisa no cenário da rotina escolar, viabilizando o acompanhamento direto das práticas pedagógicas e a compreensão do paradigma escolar no momento da convivência e da observação atenta.





No mais, o estudo seguiu os princípios éticos do PIBID, assegurando o anonimato e o consentimento dos participantes. Os registros apresentados pelos autores da pesquisa foram alcançados com autorização, respeitando a privacidade dos envolvidos.

REFERENCIAL TEÓRICO

Currículo e identidade cultural

O currículo escolar estar longe de ser uma ferramenta neutra ao expor um campo de disputa de valores, ideologias e identidades. Ao fundamentar, reflete-se relações de poder que, no contexto histórico, silenciaram saberes e culturas, especialmente as de origens africanas e indígenas. Nesse contexto, a percepção sobre a identidade cultural no currículo pode reiterar a desigualdade frente a um ambiente que também contribui práticas inclusivas e transformadoras.

Conforme Silva (2010, p. 16), “podemos dizer que o currículo é também uma questão de poder e que as teorias do currículo, na medida em que buscam dizer o que o currículo deve ser, não podem deixar de estar envolvidas em questões de poder”. O currículo, portanto, não é neutro, sendo formado em contextos historicamente imersos em valores, ideologias e política de poder.

Para Munanga (2005), ao se aceitar a existência do racismo estrutural no Brasil, reconhece-se, também, que está enraizada uma negação histórica das contribuições africanas na formação do país. Nesse cenário, a escola necessita reconstruir esse cenário e transformar, por meio de valores, as culturas afro-brasileiras no currículo não como folclore ou exceção, mas como uma parte cultural e identitária na educação. O autor defende uma educação antirracista, comprometida com a desconstrução de estereótipos e com a formação de sujeitos críticos e conscientes de sua história.

Segundo Campos (2014, p. 12), “quando falamos dessas dimensões das relações étnico-raciais na escola ou até em outros locais de nosso cotidiano, devemos pensar também nas ações afirmativas, para vivenciar uma igualdade de oportunidades na sociedade”. Em virtude disso, percebe-se que os impasses relacionados à desigualdade são reflexos de processos históricos que se perpetuam até os dias atuais. Nesse sentido, torna-se essencial





promover a valorização das identidades étnico-culturais no currículo escolar, a fim de evitar que tais desigualdades se reproduzam nas futuras gerações.

Conforme Rodrigues *et al.* (2023, p. 3), em “O currículo da educação escolar quilombola”, “é por conta de terem consciência do poder da educação que lutam por uma escola e por um ensino que reconheçam suas existências, seus saberes, suas práticas e que reflitam suas identidades”. Assim, o currículo quilombola não se limita ao conteúdo escolar, mas se configura como uma ação de resistência e valorização cultural, social e histórica, assegurando o reconhecimento dos traços negros e africanos no âmbito institucional.

De acordo com a Lei nº 10.639/2003 e as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola (2012), esses instrumentos legais representam marcos fundamentais para a inclusão da história e da cultura afro-brasileira no currículo escolar. Contudo, mesmo diante desses avanços normativos, a reformulação do processo de ensino-aprendizagem torna-se indispensável para a superação das desigualdades étnico-raciais ainda persistentes no sistema educacional brasileiro.

Portanto, o currículo deve ser mais que uma transmissão de conteúdos, mas, sim, um espaço de transformação para diversidade e de enfrentamento ao racismo. Ademais, a inserção das culturas afro-brasileiras e quilombolas na educação não pode se limitar apenas em menções superficiais ou datas comemorativas, como a folclóricas, é necessário, no entanto, construir como uma parte importante da identidade e da história do país. De modo a buscar por igualdade e aprendizagem justa e honesta, promovendo sujeitos críticos e conscientes de sua própria história.

Resistência e práticas pedagógicas em comunidades quilombolas

A educação deve ser entendida como uma prática político-social na busca pela emancipação dos sujeitos e pela valorização das identidades historicamente silenciadas. Nesse sentido, Freire (1974, p. 17), “a grande generosidade está em lutar para que, cada vez mais, estas mãos, sejam de homens ou de povos [...]”, ou seja, a generosidade refere-se à caridade e a um gesto profundamente humano, ético e político, interligado à luta coletiva dos oprimidos em resposta ao direito de afirmar sua palavra e sua história.





Freire (1996, p. 17) reitera, ainda, que “ensinar exige respeito à autonomia do ser do educando”. Diante disso, a educação quilombola centra-se na valorização do contexto histórico e cultural das comunidades, evidenciando que ensinar não significa simplesmente transferir conhecimento de forma mecânica ou decorativa, mas criar oportunidades de aprendizagem que exaltem e integrem os saberes locais ao currículo escolar de maneira significativa.

Nessa perspectiva, Soares *et al.* (2024, p. 6) ressaltam que a educação deve pautar-se na inclusão e na equidade, de modo que o currículo valorize a realidade intercultural na qual está inserido, em vez de limitar-se aos padrões de um modelo tradicional. Os autores evidenciam ainda que “as comunidades quilombolas estão resistindo para garantir acesso à educação de qualidade. As problemáticas apresentadas são derivadas das desigualdades socioeconômicas e raciais do país” (Soares *et al.*, 2024, p. 6).

Em consonância com esse viés, Arroyo (2012, p. 26) questiona: “em que aspectos essas presenças afirmativas de Outros Sujeitos interrogam as teorias pedagógicas e pressionam por Outras Pedagogia?”. Nesse sentido, o autor indaga uma reflexão sobre outra pedagogia em ação, o campo da educação dos quilombos ao adentrar na sociedade.

Em suma, os referenciais teóricos apresentados evidenciam que o currículo quilombola se constitui como um campo de resistência e afirmação identitária. Nesse contexto, é pertinente destacar que Freire (1967) já defendia uma educação emancipadora, essencial para integrar ao processo pedagógico os elementos que compõem as histórias reais e as vivências concretas dos educandos. Para o autor, é indispensável reconhecer a veracidade dessas experiências e compreender o estudante como sujeito ativo de sua própria aprendizagem.

Essa reflexão robustece a necessidade de um currículo que valorize as experiências e as realidades locais, enfrente a invisibilidade cultural e contribua para o combate às desigualdades históricas, favorecendo a construção de uma educação mais justa e plural.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A escola é um espaço de formação de identidades e resistência, no qual se promovem transformações na sociedade. Dessa forma, é necessário perceber que a identidade se constitui



no meio social, ao passo que o ambiente escolar também abriga grupos ou comunidades que internalizam no sujeito os seus valores contribuindo para construção do indivíduo.

Com base nesse pressuposto, Silva (2010, p. 15) assevera: “[...] quando pensamos em conhecimento, esquecendo-nos de que o conhecimento que constitui o currículo está inextricavelmente, centralmente, vitalmente, envolvido naquilo que somos, naquilo que nos tornamos: na nossa identidade [...]”. Ou seja, refletir sobre espaço significa compreender que nosso lugar constitui nossa identidade. A cultura de cada sujeito é definida pelo lugar do qual advêm os saberes desde o nascimento. Em vista disso, contemplar essas origens no currículo configura-se como uma valorização da sociedade e da humanidade como um todo.

Na entrevista realizada, ao questionar como a professora entende o currículo escolar, a professora respondeu: “eu pego para mim ler, mas ele é lá da Polo de São Luiz. E também ele foi para correção. Mas o que eu tenho mesmo é o planejamento que disse, esse eu tenho autonomia de escolher os assuntos [...] Eu mediei com a realidade daqui” (Professora entrevistada, 2025).

A participante mostra que faz uso do currículo institucional de maneira limitada, evidenciando estar sempre em construção. Nesse caso, o que lhe facilitou foi a elaboração do planejamento pedagógico articulando a BNCC com a realidade na qual atua. Além disso, por ser graduada em Pedagogia e nativa da comunidade, seu trabalho na escola se torna simples, em virtude da apropriação da identidade quilombola.

A instituição em que a pesquisa foi realizada localiza-se na Comunidade Nossa Senhora do Livramento, no município de Igarapé-Açu (PA), constituindo-se como uma escola multisseriada quem mantém dois turnos, matutino e vespertino, conforme a Figura 1.

Figura 1 – Fachada da EMEF Lauro Alves Ramos





Fonte: Araujo e Silva (2025).

É essencial salientar que a escola está localizada dentro da comunidade dos quilombos, mas não é reconhecida oficialmente como escola quilombola, o que enfraquece o reconhecimento intercultural da própria região no espaço educacional. Além disso, a ausência de políticas públicas específicas contribui para a desvalorização das singularidades locais, que deveriam ser tratadas como uma das principais riquezas culturais brasileiras. Na sequência da entrevista, a pergunta enfatizou se o currículo da escola considera as características culturais e sociais da comunidade em que está inserida. A professora respondeu:

O que eu tenho mesmo é o planejamento, tenho essa autonomia de escolher os assuntos. Antes, o mesmo planejamento que era de lá de São Luiz era o que trabalhava aqui, agora não [...] A técnica pedagógica, às vezes, pede para colocar alguma coisa que falta, mas nem tudo é ela. Porque lá é outra realidade. Daqui eu medito com a realidade, como as fases da lua que eu incluo nas plantações, coisa do dia a dia deles (Professora entrevistada, 2025).

Com base nesse relato, observa-se que o currículo não é utilizado de forma contínua e contextualizada, e que o meio mais eficaz de promover a compreensão dos estudantes é recorrer às ferramentas e às vivências disponíveis no cotidiano escolar. Durante a observação de campo, percebeu-se que o diálogo entre a educadora e os estudantes favorece o resgate intercultural, uma vez que a professora demonstra flexibilidade ao articular os componentes curriculares com as práticas e saberes locais, sempre com o intuito de educar, formar e valorizar a identidade da comunidade.





Na continuidade da entrevista, foi questionado à professora quais estratégias pedagógicas utiliza para valorizar os saberes locais e promover a resistência cultural dos estudantes. Em resposta, ela pontuou que:

Sim, trago. Aliás tem na sala de leitura objetos. O que tem é canoa, trabalhos feitos pelos alunos, pelo pai ou mãe deles. Nas festas juninas as mães vêm ajudar, tem coisas que não se deve deixar para lá. Perder, né? Porque é o chama dos pais para a escola, um trabalho coletivo (Professora entrevistada, 2025).

Em vista disso, a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) reconhece que “os sistemas e redes de ensino devem construir currículos, e as escolas precisam elaborar propostas pedagógicas que considerem as necessidades, as possibilidades e os interesses dos estudantes, assim como suas identidades linguísticas, étnicas e culturais” (Brasil, 2017, p. 15). Na prática, tais propostas ainda não contemplam as comunidades quilombolas e o currículo institucional, embora a proposta seja promover equidade.

A entrevista destaca a utilização de materiais desenvolvido pela comunidade, o que é valioso para o resgate cultural e incentiva a continuidade da criação artística, assegurando que a herança cultural seja mantida pelas futuras gerações. Como mencionado pela participante, os objetos locais despertam a valorização da cultura, evitando seu silenciamento. Até mesmo os pais se sentem motivados a participar de eventos como esses, colaborando tanto em casa quanto na escola para auxiliar no que for necessário. O trabalho coletivo, nesse contexto, consolida-se como um pilar de uma educação comprometida com a cultura, o território e a resistência.

Um exemplo dessa prática é o cantinho da reflexão, representado por um cartaz grande com figuras de animais que simbolizam a localidade. Entre eles, destaca-se a cobra do Rio do Livramento, utilizada como símbolo central: as estrelinhas representam os estudantes, e cada ato inadequado marca um ponto que se aproxima da cobra, criando uma dinâmica lúdica e educativa (Figura 2).

Figura 2 – Cantinho da reflexão com cartaz representando a cultura local e a cobra do rio do Livramento





CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os resultados apresentados reforçam a urgência de repensar políticas públicas, capacitações docentes e currículos escolares que dialoguem efetivamente com as realidades culturais e sociais das comunidades tradicionais, permitindo uma formação cidadã mais crítica, plural e comprometida. Este projeto analisa a realidade distante vista por diferentes olhares, como a comunidade Nossa Senhora do Livramento, em Igarapé-Açu (PA). De maneira relevante, evidencia a falta de investimento político e a resistência da comunidade do quilombo no campo da educação, cuja meta é um futuro de oportunidades na sociedade. Em visto disso, essa temática é essencial para mostrar que a minoria ainda existe e luta por seus direitos. O objetivo dessa produção é mostrar uma crítica ao cotidiano escolar, considerando que o currículo institucional e suas construções político-pedagógica devem contemplar a identidade dos quilombos.

Ainda assim, a articulação dos componentes curriculares com a realidade local, promovida pela professora em seus planejamentos, representa um aspecto positivo, revelando esforços para adaptar o ensino às especificidades culturais e sociais da comunidade.

Portanto, a ausência de investimento e a rigidez curricular configuram-se como desafios que precisam ser superados. A intervenção nas práticas existentes mostra-se, *a priori*, primordial, sobretudo, por meio de ações colaborativas entre os profissionais da comunidade, voltadas ao desenvolvimento do plano de ensino, à participação ativa e à escuta daqueles que podem contribuir de forma significativa e transformadora.

REFERÊNCIAS

ARROYO, Miguel G. **Outros Sujeitos, Outras Pedagogias**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.

BRASIL. Ministério da Educação. **Diretrizes curriculares nacionais para a educação escolar quilombola na educação básica**. Brasília, DF: MEC/SECADI, 2012.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília, DF: MEC, 2017.





BRASIL. Presidência da República. **Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003.** Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira”, e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 2003. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/110.639.htm. Acesso em: 18 out. 2025.

CAMPOS, Laís Rodrigues. Educação escolar quilombola e o currículo escolar histórico-cultural: olhares sobre as práticas educativas de um quilombo em São Miguel (PA). In: CONGRESSO IBERO-AMERICANO DE POLÍTICA E ADMINISTRAÇÃO DA EDUCAÇÃO, 4.; CONGRESSO LUSO-BRASILEIRO DE POLÍTICA E ADMINISTRAÇÃO DA EDUCAÇÃO, 7., 2014, Porto Alegre. **Anais [...]**. Porto Alegre: ANPAE, 2014.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1974.

FREIRE, Paulo. **Educação como prática da liberdade.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1967.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia:** saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

MUNANGA, Kabengele. **Rediscutindo a mestiçagem no Brasil:** identidade nacional versus identidade negra. Petrópolis, RJ: Vozes, 1999.

RODRIGUES, Rosilândia de S.; ROCHA, Genylton O. R. O currículo da educação escolar quilombola. **Revista de Gestão e Secretariado**, [S.I.], v. 14, n. 8, p. 13045-13060, 2023. DOI: <https://doi.org/10.7769/gesec.v14i8.2592>

SOARES, Janaina dos Santos; RODRIGUES, Marcilene Furtado Dias; ANTUNES, Layse Paes; NOGUEIRA, Samia Santa Brígida. Desafios e perspectivas da educação escolar quilombola no Brasil. **Revista Território e Cidadania**, Vitória, v. 1, n. 3, e3604, 2024.

SILVA, Tomaz Tadeu da. **Documentos de identidade:** uma introdução às teorias do currículo. 3. ed., 1. reimp. Belo Horizonte: Autêntica, 2010.

